

Contabilidade, Finanças e Valor

Organizadores: Aroldo Rabelo Teixeira, Cândido José Fernandes Aguiar, Daniela Oliveira Neves, Fábio André De Farias Vilhena, Gyzah Amui Barros Pereira, Jády Figueredo de Souza Saraiva, Mario Jones Reis de Castro, Martin Paulus Melo de Sousa, Rogério do Nascimento Carvalho, Sílvia da Conceição Barbosa

Volume 3



**IMPERIUM
SCIENTIA**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Contabilidade, finanças e valor [livro
eletrônico]. -- 1. ed. -- Manaus, AM : Imperium
Scientia, 2026. -- (Contabilidade, finanças e
valor ; 3)
PDF

Vários autores.

Vários organizadores.

Bibliografia

ISBN 978-65-82764-04-2

1. Contabilidade 2. Finanças 3. Governança
4. Tomada de decisão (Administração) 5. Valor
(Economia) I. Série.

26-371931.0

CDD-332

Índices para catálogo sistemático:

1. Finanças : Economia 332

Camila Aparecida Rodrigues - Bibliotecária CRB -
SP-010133/O

Conselho Editorial

Editor Chefe

Edson Nogueira da Silva (M. Sc)

Doutorando em Administração

Vínculo Institucional: TAE Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Professor: Faculdade Estácio do Amazonas

Editores Associados

Antônio Timóteo Printes da Silva (M. Sc)

Doutorando em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia

Vínculo Institucional: TAE Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Darlan Bispo dos Santos (M. Sc)

Doutorando em Administração

Vínculo Institucional: TAE Instituto Federal Baiano (IFBAIANO)

Isidro José Bezerra Maciel Fortaleza do Nascimento

Doutor em Educação

Vínculo Institucional: Professor do Magistério Superior (UFPI)

José Carlos Beker (M. Sc)

Doutorando em Administração

Vínculo Institucional: TAE Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

Kleberson De Oliveira (M. Sc)

Doutorando em Medicina Tropical e Infectologia.

Vínculo Institucional: TAE Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Marco Aurélio Amaral Castro (M. Sc)

Doutorando em Administração

Vínculo Institucional: TAE Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Paulo Sérgio Santos Moreira

Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Vínculo Institucional: TAE Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Maurilho de Lima Gonçalves

Doutorando em Administração

Vínculo Institucional: TAE Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Tobias Saraiva Cavalcante Júnior (M. Sc)

Doutorando em Educação

Vínculo Institucional: TAE Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Editores Adjuntos

Anne Ariadne Alves Menezes Ponce de Leão (M. Sc)

Vínculo Institucional: Secretaria de Estado e Educação do Amazonas

Jorge Martins Fagundes (M. Sc)

Vínculo Institucional: TAE Universidade Federal Fluminense (UFF)

Rogério do Nascimento Carvalho (M. Sc)

Vínculo Institucional: TAE Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Mensagem do Editor

É com grande satisfação que apresentamos o Volume 3 – Contabilidade, Finanças e Valor, obra que reúne pesquisadores, docentes e profissionais comprometidos com a produção e a disseminação de conhecimentos voltados ao fortalecimento das ciências contábeis, financeiras e da gestão de valor nas organizações.

Em um ambiente marcado por constantes transformações econômicas, avanços tecnológicos e exigências cada vez maiores por transparência, sustentabilidade e eficiência, este livro congrega estudos que exploram temas contemporâneos e relevantes para a prática profissional e para o desenvolvimento científico. As contribuições aqui reunidas abordam diferentes perspectivas da contabilidade, das finanças corporativas, da governança, da análise de desempenho e da geração de valor, oferecendo reflexões fundamentadas e aplicações que dialogam com os desafios enfrentados por organizações públicas, privadas e do terceiro setor.

Mais do que uma coletânea de pesquisas, esta obra representa um espaço de construção coletiva do conhecimento, promovendo o intercâmbio de experiências e evidências científicas que podem subsidiar decisões, estimular novas investigações e contribuir para o aperfeiçoamento das práticas organizacionais.

Agradecemos aos autores, organizadores, pareceristas e a toda a equipe editorial que tornaram possível a concretização deste volume. Que esta publicação fortaleça o compromisso com a excelência acadêmica, incentive novas pesquisas e contribua para o avanço da Contabilidade, das Finanças e da criação de valor como pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável das organizações e da sociedade.

Sumário

**CAPÍTULO 01: CONTABILIDADE PÚBLICA E GOVERNANÇA: REVISÃO
SISTEMÁTICA SOBRE DIGITALIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA..... 6**

**CAPÍTULO 02: GOVERNANÇA COLABORATIVA E SUSTENTABILIDADE: O
PAPEL DAS PARCERIAS INTERINSTITUCIONAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE
PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM CONTEXTOS LOCAIS 16**

**CAPÍTULO 03: QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E LEGITIMIDADE
ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONAL 29**

**CAPÍTULO 04: ADOÇÃO DAS IFRS SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA
INSTITUCIONAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA 42**

CAPÍTULO 01: CONTABILIDADE PÚBLICA E GOVERNANÇA: REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE DIGITALIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Lorena Sobral Barros

MUST University

Adriana Dias Penha

Must University

Ana de Medeiros Fernandes dos Santos

MUST University

Cândido José Fernandes Aguiar

MUST University

Clovis Ely Melo de Sousa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Manaus
Centro

Francinária Fernandes Santos Cotrim Souza

Universidade Federal da Bahia

Jády Figueredo de Souza Saraiva

Universidade Federal Fluminense

Martin Paulus Melo de Sousa

MUST University

Méri Raquel de Araújo Costa

MUST University

Nathalia De Viana Miranda

Universidade Federal do Amazonas

Ramon Santiago Magalhães

MUST University

Silvio da Conceição Barbosa

Universidade Federal Fluminense

Suelen da Silva Pereira Murata

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Camila Calixto Corrêa

FAEP

Jackson José Leite Accioly

Universidade Federal de Roraima

RESUMO

A transformação digital no setor público tem se intensificado em escala global, reconfigurando estruturas administrativas, mecanismos de responsabilização e modelos de governança, ao recolocar a informação como eixo central da gestão pública contemporânea. Ainda que as iniciativas de governo digital tenham se ampliado, a literatura permanece dispersa no tratamento da relação integrada entre contabilidade pública, digitalização, transparência e governança, evidenciando a ausência de uma consolidação sistemática dessa interseção.

Este estudo examina a relação entre contabilidade pública, digitalização e transparência na governança do setor público por meio de uma revisão sistemática da literatura. A partir da base Web of Science, foram identificados inicialmente 2.349 registros; após a aplicação dos filtros de acesso aberto, artigos de revisão e recorte temporal de 2021 a 2026, restaram 32 estudos, dos quais 10 foram selecionados em razão do alinhamento temático e do processo de elegibilidade.

Os resultados mostram que a digitalização atua como vetor estruturante na redefinição da accountability pública, fortalecendo a rastreabilidade dos dados, a capacidade de auditoria e a supervisão fiscal. Ao mesmo tempo, evidenciam que a efetividade da governança digital depende de capacidades organizacionais, alinhamento institucional e regulação normativa.

Conclui-se que a transformação digital no setor público deve ser compreendida não apenas como modernização tecnológica, mas como um processo institucional que reconfigura os fundamentos informacionais da governança e do controle público, reforçando a legitimidade quando sustentada por estruturas de governança coerentes e por capacidades organizacionais adequadas.

Palavras Chaves: Contabilidade pública; transformação digital; governança do setor público; transparência; accountability; governo digital; teoria institucional; supervisão fiscal; digitalização do setor público; qualidade da informação.

1 INTRODUÇÃO

A transformação digital no setor público tem se intensificado em escala global nas últimas décadas, impulsionada pela busca por maior eficiência administrativa, ampliação da transparência e aprimoramento da prestação de serviços públicos. A passagem de modelos tradicionais de governo eletrônico para abordagens mais integradas de governo digital reposiciona a informação como eixo estruturante da governança contemporânea, influenciando processos decisórios, mecanismos de controle e formas de interação entre o Estado e a sociedade. Esse movimento não se limita à informatização de rotinas, mas expressa uma reconfiguração estrutural da administração pública (Martins, 2024).

Apesar do avanço dessas agendas digitais, persistem desafios relacionados à interoperabilidade dos sistemas, à integração entre dados financeiros e administrativos e à efetividade dos mecanismos de transparência. A literatura recente ainda apresenta fragmentação ao tratar digitalização, contabilidade pública e governança de modo isolado, o que dificulta a construção de um referencial analítico integrado capaz de

compreender como a transformação digital impacta concretamente os mecanismos de accountability e de fiscalização fiscal. Essa lacuna evidencia a necessidade de sistematização teórica e empírica sobre essa interseção temática (Fitriani et al., 2025).

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo investigar a relação entre contabilidade pública, digitalização e transparência na governança do setor público, por meio de uma revisão sistemática da literatura. Busca-se identificar como a produção científica recente tem articulado esses elementos e quais dimensões analíticas emergem da consolidação desse debate.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A transformação digital no setor público representa uma reconfiguração estrutural da ação estatal, na qual as tecnologias digitais deixam de exercer uma função instrumental periférica e passam a integrar o núcleo decisório e organizacional das instituições públicas. A digitalização reorganiza os fluxos de informação, redefine hierarquias operacionais e altera os padrões de coordenação entre instituições. Esse movimento implica uma transformação sistêmica da administração pública, deslocando o eixo da gestão para estruturas orientadas por dados e plataformas digitais (Vial, 2019).

Essa reconfiguração ocorre em contextos estruturados por expectativas normativas que delimitam o que é percebido como moderno, racional e legítimo. A incorporação de tecnologias digitais consolida-se como resposta institucionalizada às demandas por eficiência e transparência, operando, ao mesmo tempo, como transformação técnica e mecanismo de alinhamento simbólico (Meyer & Rowan, 1977).

A convergência observada entre governos na adoção de agendas digitais pode ser compreendida como expressão de pressões coercitivas, normativas e miméticas que estruturam os campos organizacionais. A difusão de modelos de governo digital responde a expectativas compartilhadas e reforça padrões de homogeneização institucional (DiMaggio & Powell, 1983).

A estabilização dessas práticas relaciona-se à necessidade de preservação da legitimidade organizacional. Transparência, inovação e modernização tecnológica

passam a ser atributos valorizados normativamente, capazes de sustentar a confiança pública e de reforçar a autoridade estatal (Suchman, 1995).

Contudo, a internalização das exigências institucionais não implica uniformidade no processo de transformação. As organizações podem modular, reinterpretar ou acomodar pressões externas conforme suas capacidades internas e interesses estratégicos, produzindo diferentes graus de incorporação substantiva das tecnologias digitais (Oliver, 1991).

A transformação digital altera a lógica de produção do valor público ao deslocar o foco da informatização operacional para a reestruturação dos processos administrativos e dos modelos de governança. A integração entre tecnologia, capacidade institucional e redes colaborativas redefine a arquitetura da ação estatal (Mergel et al., 2019).

A consolidação de governos orientados por dados amplia a centralidade da informação estruturada como elemento de coordenação e controle. A digitalização intensifica a capacidade de monitoramento e de integração interorganizacional, redefinindo instrumentos burocráticos tradicionais (Dunleavy et al., 2006).

A incorporação de sistemas algorítmicos na administração pública introduz uma nova camada institucional ao fenômeno, exigindo mecanismos de explicabilidade, rastreabilidade e controle normativo que preservem a legitimidade democrática e a accountability política (Meijer & Grimmlikhuijsen, 2021).

A arquitetura da transparência digital depende da articulação entre desenho normativo, interoperabilidade tecnológica e capacidade organizacional de interpretar e utilizar dados públicos. A disponibilidade de informação não se converte automaticamente em accountability substantiva, pois seus efeitos dependem de arranjos institucionais que viabilizem seu uso efetivo (Matheus & Janssen, 2023).

As mudanças induzidas pelas tecnologias digitais são indissociáveis de seus efeitos organizacionais e normativos. A digitalização constitui um processo sociotécnico em que tecnologia e instituição se coproduzem, redefinindo estruturas de autoridade, práticas administrativas e fluxos decisórios (Haug, 2024).

No âmbito da contabilidade pública e do controle fiscal, a digitalização altera a base informacional que sustenta a governança estatal. A ampliação da rastreabilidade, da integração e da análise de dados financeiros redefine a temporalidade, a granularidade e a visibilidade das decisões públicas, estabelecendo as condições analíticas para examinar de que modo a literatura recente articula digitalização, transparência e práticas de accountability no setor público contemporâneo (Scott, 2014).

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão sistemática da literatura, tendo como base a base de dados Web of Science. Foram utilizados descritores em língua inglesa relacionados a “public sector”, “public accounting”, “digitalization”, “digital transformation”, “transparency” e “governance”, combinados por meio de operadores booleanos.

A busca inicial resultou em 2.349 registros. Em seguida, foram aplicados filtros específicos: artigos de acesso aberto, tipo documental “review article” e período de publicação entre 2021 e 2026. Após a aplicação desses critérios, a amostra foi reduzida para 32 artigos.

O processo de triagem foi realizado em duas etapas. Na primeira, procedeu-se à análise do alinhamento temático com o objetivo da pesquisa, considerando a presença articulada de digitalização, setor público e transparência, governança ou contabilidade nos resumos. Na segunda, foi feita a verificação de duplicidade, não sendo identificados artigos repetidos.

Ao final do processo de elegibilidade, 10 artigos foram incluídos para análise qualitativa, enquanto 22 foram excluídos por ausência de aderência temática.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 RESULTADOS

A análise das revisões selecionadas demonstra que a transformação digital no setor público ultrapassa a modernização tecnológica e passa a exercer papel estruturante na redefinição dos mecanismos de governança, controle e transparência. Os estudos convergem em três eixos analíticos: a reconfiguração da accountability pública mediada por tecnologias digitais; a digitalização como vetor de desempenho e valor público; e as capacidades organizacionais como condição para a efetividade da governança digital. Em conjunto, esses eixos ajudam a compreender de que modo a digitalização incide diretamente sobre as práticas de contabilidade pública e de fiscalização fiscal.

A digitalização modifica a forma como a informação contábil é produzida, organizada e utilizada no setor público, deslocando modelos tradicionais de

accountability vertical para arranjos mais distribuídos e interativos. A incorporação de sistemas digitais amplia a circulação dos dados e redefine os papéis dos agentes envolvidos na accountability pública, criando novas dinâmicas de controle e transparência. Nesse contexto, a contabilidade deixa de ser apenas um instrumento de registro e passa a constituir um mecanismo estratégico de governança informacional (Agostino, Saliterer & Steccolini, 2022).

No campo da auditoria pública, a literatura mostra que a digitalização amplia a capacidade de monitoramento e análise de desempenho, ao mesmo tempo em que introduz tensões relacionadas à independência institucional e às expectativas crescentes de controle social. Tecnologias emergentes intensificam a visibilidade das ações governamentais, mas também ampliam riscos e conflitos na interpretação dos resultados auditados. Assim, a transformação digital redefine o alcance e as implicações da auditoria pública contemporânea (Rana et al., 2022).

A supervisão dos gastos públicos também passa por transformação estrutural com a adoção de sistemas baseados em dados, interoperabilidade e visualização analítica. A integração entre captação, armazenamento e processamento de informações fortalece o controle fiscal e reduz assimetrias informacionais, contribuindo para maior transparência e mitigação de riscos de corrupção. Desse modo, a digitalização do controle financeiro do Estado consolida uma lógica centrada em dados na governança pública, reforçando a centralidade da informação na accountability (Restrepo-Carmona et al., 2024; Altukhova et al., 2025).

4.2 DISCUSSÃO

A literatura evidencia que a transformação digital é frequentemente associada à promessa de maior eficiência e à geração de valor público, embora a mensuração desses efeitos permaneça limitada. Os indicadores internacionais tendem a avaliar a disponibilidade de serviços digitais, mas nem sempre capturam a qualidade, os custos e os riscos associados à digitalização governamental. Essa lacuna revela que a digitalização não assegura, por si só, melhoria de desempenho, exigindo métricas mais amplas e integradas para avaliação de seus impactos (Dobrolyubova, 2021).

A adoção de inteligência artificial em instituições públicas reforça que a efetividade da transformação digital depende de elementos organizacionais estruturais, culturais e procedimentais. A literatura mostra que tecnologias avançadas produzem

ganhos apenas quando acompanhadas por ajustes institucionais capazes de integrar pessoas, processos e governança. Assim, a digitalização deve ser compreendida como um processo sociotécnico, condicionado por capacidades institucionais e por arranjos organizacionais (Tomazevic, Murko & Aristovnik, 2024).

Os estudos indicam que a transformação digital reconfigura papéis organizacionais, especialmente no nível da média gerência da administração pública. Esses atores assumem função de mediação estratégica entre tecnologia e estrutura institucional, sendo fundamentais para a implementação e consolidação dos processos digitais. A governança digital, portanto, depende da capacidade desses agentes de articular inovação tecnológica com rotinas administrativas e cultura organizacional (Kusmaryanto & Santoso, 2025).

Além disso, confiança e percepção de risco influenciam diretamente a adoção dos serviços digitais governamentais, demonstrando que a governança digital envolve dimensões normativas e psicológicas para além da infraestrutura tecnológica. A tipologia dos riscos no governo eletrônico mostra que a consolidação da digitalização exige mecanismos de segurança, integridade e legitimidade institucional. Assim, transparência e governança digital permanecem intrinsecamente vinculadas à construção da confiança pública (Distel et al., 2022).

A incorporação de tecnologias como chatbots e sistemas automatizados reforça a necessidade de critérios de auditabilidade, ética e transparência no desenho de soluções públicas digitais. A governança digital requer que as ferramentas tecnológicas estejam alinhadas a princípios de accountability e proteção de dados, ampliando o alcance regulatório e institucional da transformação digital. Dessa forma, a digitalização não se limita à inovação técnica, mas também expressa uma reconfiguração normativa da ação estatal (Pimentel et al., 2026).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS (CONCLUSÃO)

O presente estudo teve como objetivo investigar a relação entre contabilidade pública, digitalização e transparência na governança do setor público, por meio de uma revisão sistemática da literatura. Partiu-se do reconhecimento de que a transformação digital vem reconfigurando estruturalmente a administração pública, ao mesmo tempo em

que persistem lacunas na articulação integrada entre mecanismos de controle, produção da informação contábil e accountability institucional.

Os achados indicam que a digitalização atua como vetor de reconfiguração da accountability pública, ampliando a rastreabilidade, a circulação e a análise das informações financeiras no setor estatal. A literatura converge em três dimensões centrais: a redefinição dos mecanismos de supervisão e auditoria por meio de tecnologias digitais; a associação entre transformação digital e geração de valor público, ainda marcada por desafios de mensuração; e a relevância das capacidades organizacionais como determinantes da efetividade da governança digital.

Observa-se que a qualidade da informação contábil e a transparência pública dependem não apenas da infraestrutura tecnológica, mas também da articulação entre tecnologia, governança e arranjos institucionais. Nesse sentido, a transformação digital no setor público não pode ser compreendida apenas como inovação tecnológica, mas como um processo institucional que redefine os fundamentos informacionais da governança e do controle fiscal.

Conclui-se que a integração entre digitalização, contabilidade pública e transparência constitui elemento estratégico para o fortalecimento da legitimidade estatal, desde que acompanhada por estruturas normativas adequadas e capacidades organizacionais compatíveis. O estudo contribui ao consolidar um referencial analítico integrado sobre essa interseção temática e evidencia a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem os efeitos substantivos da digitalização sobre a accountability pública em diferentes contextos institucionais.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINO, D.; SALITERER, I.; STECCOLINI, I. Digitalization, accounting and accountability: a literature review and reflections on future research in public services. **Financial Accountability & Management**, v. 38, n. 2, p. 152–176, 2022. DOI: 10.1111/faam.12301.
- DI MAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147–160, 1983.

- DISTEL, B. et al. Watch who you trust! A structured literature review to build a typology of e-government risks. **Information Systems and e-Business Management**, v. 20, n. 4, p. 789–818, 2022.
- DOBROLYUBOVA, E. Measuring outcomes of digital transformation in public administration: literature review and possible steps forward. **NISPAcee Journal of Public Administration and Policy**, v. 14, n. 1, p. 61–86, 2021. DOI: 10.2478/nispa-2021-0003.
- DUNLEAVY, P. et al. New public management is dead — long live digital-era governance. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 16, n. 3, p. 467–494, 2006.
- FITRIANI, F.; NURMANDI, A.; LAWELAI, H. Trends and challenges of digital transformation in the public sector. 2025.
- HAUG, N. Digital transformation trajectories in public sector organizations. 2024.
- KUSMARYANTO, S.; SANTOSO, C. A scoping review of middle managers in the digital transformation era in public sector organizations: are they still needed? **Cogent Business & Management**, v. 12, n. 1, 2025.
- MARTINS, C. S. F. Digital transformation in the public sector. 2024.
- MATHEUS, R.; JANSSEN, M. Digital transparency and open government usefulness. **International Journal of Information Management**, v. 73, p. 102690, 2023.
- MEIJER, A.; GRIMMELIKHUIJSEN, S. Responsible algorithmic governance. **Government Information Quarterly**, v. 38, n. 3, p. 101578, 2021.
- MERGEL, I.; EDELMANN, N.; HAUG, N. Defining digital transformation in the public sector. **Government Information Quarterly**, v. 36, n. 4, p. 101385, 2019.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340–363, 1977.
- MORTE-NADAL, T.; ESTEBAN-NAVARRO, M. Digital competences for improving digital inclusion in e-government services: a mixed-methods systematic review protocol. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 21, 2022. DOI: 10.1177/16094069211070935.
- OLIVER, C. Strategic responses to institutional processes. **Academy of Management Review**, v. 16, n. 1, p. 145–179, 1991.
- PIMENTEL, L.; BERNARDO, M.; ROCHA, T. Design and evaluation of public chatbots for computer crime awareness: a scoping review. **Universal Access in the Information Society**, v. 25, n. 2, 2026. DOI: 10.1007/s10209-025-013.

RANA, T. et al. Performance auditing in the public sector: a systematic literature review and future research avenues. **Financial Accountability & Management**, v. 38, n. 3, p. 337–359, 2022. DOI: 10.1111/faam.12312.

RESTREPO-CARMONA, J. et al. Smart supervision of public expenditure: a review on data capture, storage, processing, and interoperability with a case study from Colombia. **Information**, v. 15, n. 10, 2024. DOI: 10.3390/info15100616.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571–610, 1995.

TOMAZEVIC, N.; MURKO, E.; ARISTOVNIK, A. Organisational enablers of artificial intelligence adoption in public institutions: a systematic literature review. **Central European Public Administration Review**, v. 22, n. 1, 2024. DOI: 10.17573/cepar.2024.1.05.

VIAL, G. Understanding digital transformation. **Journal of Strategic Information Systems**, v. 28, n. 2, p. 118–144, 2019.

CAPÍTULO 02: GOVERNANÇA COLABORATIVA E SUSTENTABILIDADE: O PAPEL DAS PARCERIAS INTERINSTITUCIONAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM CONTEXTOS LOCAIS

Raquel Silva Gomes

Instituto Federal do Paraná, Brasil

Adriana Dias Penha

Must University

Aline Souza Gaigher Ceravolo

Universidade Federal do Espírito Santo

Bárbara Damasio dos Reis

Metropolitan University of Science and Technology, USA

Clovis Ely Melo de Sousa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Manaus
Centro (IFAM/CMC)

Fabiula Lima Portela

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Felipe Gramonski dos Santos

Metropolitan University of Science and Technology, USA

Gislene Silva Lima

Metropolitan University of Science and Technology, USA

Isidro José Bezerra Maciel Fortaleza do Nascimento

Universidade de São Paulo, Brasil

Jády Figueredo de Souza Saraiva

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Sandinayara Fernanda Aureliano Cirino

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano

Thiago Nonato Alves

Universidade Federal da Bahia

Tiago Luz De Oliveira

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Silvio da Conceição Barbosa

Metropolitan University of Science and Technology, USA

Antonio Timoteo Printes da Silva

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

RESUMO

Governança, inovação e sustentabilidade consolidaram-se como pilares estratégicos da administração pública, articulando-se de maneira interdependente na busca por eficiência, justiça social e legitimidade institucional. A literatura recente evidencia avanços em modelos de gestão, inovação aberta e práticas sustentáveis, ao mesmo tempo em que assinala tensões persistentes entre burocracia, accountability e valorização dos servidores, o que configura um campo de debates complexo e ainda em consolidação. Diante desse cenário, este estudo analisou as interações entre governança, inovação e sustentabilidade, com ênfase nas parcerias interinstitucionais e em seus efeitos sobre a implementação de práticas colaborativas no setor público, por meio de uma revisão integrativa da literatura. A pesquisa foi conduzida com base em artigos publicados entre 2020 e 2025, selecionados no Google Scholar a partir dos descritores, em português e inglês, relacionados à governança pública, inovação, sustentabilidade e colaboração interinstitucional, priorizando rigor metodológico, aderência temática e relevância teórica. Os resultados indicam que a valorização do capital humano, a flexibilidade organizacional e a accountability constituem elementos centrais da governança, enquanto a inovação, em suas dimensões organizacional, aberta e social, se vincula à sustentabilidade por meio de indicadores de longo prazo, contabilidade ambiental e integração entre agendas sociais e econômicas. Conclui-se que arranjos colaborativos fortalecem a governança pública e ampliam a capacidade adaptativa da administração diante dos desafios contemporâneos.

Palavras Chaves: Governança. Inovação. Sustentabilidade. Colaboração interinstitucional. Administração pública.

1 INTRODUÇÃO

A governança colaborativa consolidou-se como um eixo central na formulação de soluções sustentáveis, uma vez que mobiliza múltiplos atores na concepção e na execução de políticas públicas. Conforme Albaroudi et al. (2025), a articulação entre instituições públicas, privadas e comunitárias constitui uma estratégia indispensável para fortalecer a resiliência climática e promover o uso sustentável dos recursos naturais. Nesse sentido, arranjos colaborativos ampliam a responsividade institucional e, ao mesmo tempo, reforçam a legitimidade das políticas de sustentabilidade em escala local.

De modo convergente, Zebua et al. (2025) mostram que experiências práticas em gestão de resíduos indicam que processos de aprendizagem social e engajamento comunitário somente se consolidam em contextos de cooperação interinstitucional. Tal constatação reforça que a sustentabilidade não deve ser compreendida como resultado de ações isoladas, mas como expressão de redes colaborativas capazes de impulsionar inovação social, inclusão e efetividade nas políticas ambientais. Assim, torna-se pertinente examinar o papel das parcerias interinstitucionais como vetor estratégico para a consolidação de práticas sustentáveis em ambientes locais.

Diante disso, este artigo justifica-se pela necessidade de compreender de que maneira modelos de governança colaborativa podem fortalecer políticas públicas e privadas voltadas à sustentabilidade. A literatura recente aponta avanços e lacunas na

integração entre inovação, sustentabilidade e participação social, o que torna a investigação relevante para aproximar teoria e prática no campo das ciências administrativas. Nesse quadro, o estudo tem como objetivo analisar o papel das parcerias interinstitucionais na implementação de práticas sustentáveis em contextos locais, por meio de uma revisão integrativa da literatura.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Governança pública e valorização institucional

A discussão sobre governança pública tem evidenciado a existência de tensões permanentes entre burocracia, accountability e valorização dos servidores e das instituições. Bryson, Ackermann e Eden (2007) sustentam que a governança contemporânea depende do uso estratégico do capital humano e do engajamento institucional, de modo a alinhar estruturas administrativas aos resultados organizacionais pretendidos. Nessa mesma direção, Hood (1991) e Denhardt e Denhardt (2015) assinalam que mecanismos como meritocracia, avaliação de desempenho e transparência fortalecem a accountability, ainda que continuem encontrando entraves em modelos burocráticos excessivamente rígidos.

Rodrigues et al. (2021) e Costa (2025) observam que estruturas mais flexíveis tendem a favorecer retenção funcional e inovação, enquanto arranjos marcados por rigidez ampliam processos de estagnação e evasão. Perry e Hondeghem (2008) acrescentam que a motivação no setor público se apoia no equilíbrio entre incentivos extrínsecos e reconhecimento simbólico. Já Castro e Oliveira (2023), bem como Franco et al. (2024), ressaltam que a valorização material e simbólica repercute diretamente na eficiência estatal, embora persistam obstáculos relacionados à equidade, diversidade e mobilidade institucional.

Dias e Ramos (2020) defendem que políticas inclusivas e revisões periódicas são indispensáveis para reduzir desigualdades e garantir sustentabilidade organizacional. Em complemento, Weber (1978) e Mintzberg (1983) lembram que a modernização da burocracia não se realiza apenas pela formalização de procedimentos, mas pela revisão dos critérios de progressão e incentivos, evitando alienação e fortalecendo a capacidade

adaptativa das instituições. Sob esse prisma, Denhardt e Denhardt (2015) e Pollitt e Bouckaert (2011) compreendem a governança como eixo estruturador da modernização administrativa, da justiça organizacional e da sustentabilidade fiscal.

Inovação em ecossistemas multissetoriais

O debate atual sobre inovação no setor público e nas organizações revela a transição de modelos lineares para ecossistemas multissetoriais, nos quais governo, empresas, sociedade civil e meio ambiente interagem em redes complexas de conhecimento e prática. Freeman (1987) e Lundvall (1992) concebem a inovação como um processo sistêmico e cumulativo, fundamentado na aprendizagem interativa e na centralidade do capital humano. Posteriormente, essa leitura foi aprofundada por Etzkowitz e Leydesdorff (2000), com a formulação da Triple Helix, e ampliada por Carayannis e Campbell (2012), que incorporam sociedade civil e meio ambiente à dinâmica inovativa.

No âmbito organizacional e público, tais formulações indicam que a inovação se fortalece quando sustentada por arranjos institucionais flexíveis, aptos a superar a rigidez burocrática. Perez (2002) argumenta que ciclos tecnológicos apenas produzem transformações estruturais quando encontram respaldo em políticas públicas e estratégias de governança adaptativa. Em termos empíricos, Silva et al. (2025) exemplificam essa lógica ao discutir cidades inteligentes, nas quais dados, infraestrutura e universalização de serviços assumem centralidade no desenvolvimento regional. Todavia, em contextos periféricos, barreiras de conectividade e desigualdades territoriais ainda limitam o alcance dessas iniciativas.

No campo da inovação aberta, Carayannis e Campbell (2012) destacam a relevância de arranjos colaborativos que reduzem assimetrias entre atores públicos e privados. Monteiro et al. (2025) reforçam essa compreensão ao demonstrar que fluxos bidirecionais de conhecimento favorecem cocriação e adoção de tecnologias emergentes em ecossistemas distribuídos. Entretanto, a efetividade desses modelos depende de resiliência organizacional e alinhamento institucional, uma vez que a fragmentação pode comprometer seus resultados. De modo complementar, Silva et al. (2024) mostram que orçamentos orientados pela inovação ampliam a necessidade de políticas transversais, articulando financiamento e ações intersetoriais.

Inovação social e sustentabilidade

No âmbito da inovação social, Matos et al. (2025) atribuem ao terceiro setor um papel catalisador de transformações estruturais em áreas historicamente negligenciadas pelo Estado e pelo mercado. Tais práticas abrangem mobilidade urbana, inclusão educacional, economia solidária e energias renováveis, configurando espaços de experimentação social com potencial de impacto ampliado. Contudo, Acker (2006) alerta que a escalabilidade dessas iniciativas permanece condicionada à superação de barreiras institucionais associadas a gênero, classe e raça.

A literatura mais recente aproxima a inovação social das agendas de economia circular e tecnologias verdes, reforçando sua conexão com justiça social e ecológica. Nessa perspectiva, Santos et al. (2025) apontam a disseminação de tecnologias verdes como vetor de transformação; Campana et al. (2025) destacam a contabilidade ambiental como mecanismo de transparência; e Pereira et al. (2025) sublinham a educação socioambiental como elemento essencial à formação de competências coletivas. Em diálogo com Carayannis e Campbell (2012), percebe-se que a inovação somente alcança efetividade ampla quando articulada às agendas ambiental e social, em associação com formas adaptativas de governança.

Sustentabilidade como princípio estruturante

No cenário contemporâneo, a sustentabilidade vem sendo compreendida como princípio estruturante da gestão pública e organizacional, ao articular governança ambiental, integração econômico-socioambiental e gestão estratégica. Carayannis e Campbell (2012), assim como Nascimento et al. (2025), argumentam que modelos como a Fivefold Helix ampliam o papel de governos, setor produtivo, universidade, sociedade civil e meio ambiente na promoção de inovações sustentáveis, favorecendo políticas integradas e soluções multissetoriais.

Weber e Rohrer (2012) sustentam que a governança ambiental pressupõe regulação adaptativa, coordenação intersetorial e transparência, exigindo articulação entre instrumentos econômicos, regras institucionais e participação social. Nessa mesma linha, Lavarda et al. (2017) indicam que estratégias contemporâneas de sustentabilidade dependem da construção de indicadores compostos, do fortalecimento da governança colaborativa e da reconfiguração dos processos decisórios sob a ótica do longo prazo.

Esse quadro evidencia que a sustentabilidade, mais do que uma agenda complementar, constitui fundamento organizador de políticas públicas e práticas institucionais voltadas à legitimidade, à adaptação e à transformação social.

3 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolveu-se por meio de uma revisão integrativa da literatura, procedimento que permite sistematizar achados teóricos e empíricos, identificando convergências, divergências e lacunas de pesquisa sobre o tema investigado (Souza et al., 2010). Foram analisados artigos publicados entre 2020 e 2025, com prioridade para produções indexadas em bases de ampla reconhecimento científico, como o Google Scholar, a fim de assegurar amplitude e pertinência às publicações selecionadas.

Foram utilizados descritores em português e em inglês que articulavam os termos “public careers”, “functional progression”, “remuneration”, “inclusion in the public service” e “PCCTAE”. Além do recorte temporal, optou-se pela inclusão de autores clássicos da administração pública e da gestão de pessoas, como Maslow, Herzberg, Perry e Wise, cuja contribuição é essencial para sustentar a discussão teórica desenvolvida ao longo do estudo.

Os critérios de inclusão contemplaram artigos com aderência temática, rigor metodológico e relevância teórica para a compreensão dos desafios e das trajetórias dos profissionais técnico-administrativos em educação. Foram excluídas publicações duplicadas, estudos sem relação direta com o objeto da pesquisa e trabalhos desprovidos de consistência científica.

Após a seleção, os artigos foram submetidos a um processo de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), com categorização temática em quatro eixos: remuneração, progressão funcional, inclusão/diversidade e impactos institucionais/motivacionais. Essa sistematização permitiu a construção de um funil analítico, no qual os achados específicos foram triangulados com a literatura clássica e contemporânea, assegurando uma discussão crítica e fundamentada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 RESULTADOS

A análise articulada dos dez estudos selecionados evidencia que governança, inovação, sustentabilidade, motivação, inclusão e impacto orçamentário se entrelaçam de forma dinâmica, configurando simultaneamente desafios e possibilidades para o desenvolvimento sustentável. Conforme Silva et al. (2024), a adoção de agendas transversais no orçamento público requer governança adaptativa e flexibilidade orçamentária, para que temas como equidade, meio ambiente e inclusão social possam produzir efeitos concretos. Esse achado se relaciona às formulações de Pollitt e Bouckaert (2011), que defendem que a sustentabilidade das reformas públicas somente se efetiva quando acompanhada por mecanismos de coordenação intersetorial, bem como à perspectiva de Bryson et al. (2007), que reconhece o capital humano como ativo estratégico da governança.

Nascimento et al. (2025) destacam que o modelo da Quíntupla Hélice demonstra que a inovação sustentável se fortalece quando há articulação entre governo, universidades, empresas, sociedade civil e meio ambiente. Contudo, lacunas institucionais e diferenças territoriais ainda restringem a efetividade desse modelo, exigindo políticas sensíveis às especificidades locais. Tal resultado retoma as proposições clássicas de Freeman (1987) e Lundvall (1992) acerca do caráter sistêmico da inovação, ao mesmo tempo em que converge com Etzkowitz e Leydesdorff (2000) e Carayannis e Campbell (2012), para os quais a consolidação de ecossistemas inovadores depende da articulação entre múltiplos atores.

Silva et al. (2025), ao analisarem experiências de cidades inteligentes, como o caso de Palmas-TO, demonstram que práticas de governança integradas à inovação tecnológica e a investimentos em saneamento, educação e sustentabilidade contribuem para a melhoria da qualidade de vida e para a ampliação da inclusão social, ainda que persistam entraves relacionados à conectividade e ao ecossistema regional de inovação. Esses resultados dialogam com Perez (2002), segundo o qual os ciclos tecnológicos apenas produzem efeitos transformadores quando sustentados por políticas públicas adaptativas, e com Weber e Rohracher (2012), que enfatizam a necessidade de coordenação multiescalar em contextos heterogêneos.

Sousa et al. (2025) apontam que a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas políticas ambientais depende da harmonização entre

regulação, financiamento adequado e governança robusta. Esse entendimento reforça o paradigma do Triple Bottom Line, formulado por Elkington (1997), que propõe a integração indissociável entre as dimensões econômica, social e ambiental como condição para a efetividade de práticas sustentáveis.

Matos et al. (2025) assinalam que o terceiro setor se destaca como agente de transformação por meio da inovação social, promovendo inclusão e sustentabilidade em comunidades vulneráveis. O estudo reforça que parcerias colaborativas permitem superar barreiras de financiamento e gestão, ampliando o alcance das ações e potencializando práticas sustentáveis. Essa constatação converge com Sachs (1993), que defende a centralidade da justiça distributiva no desenvolvimento sustentável, e com Acker (2006), que sublinha a necessidade de superar desigualdades de gênero, classe e raça para ampliar a escalabilidade das inovações sociais.

Santos et al. (2025) argumentam que as tecnologias verdes ocupam papel central na viabilização da transição para a economia circular, promovendo eficiência e redução de resíduos em setores estratégicos. Apesar desse potencial, desafios como greenwashing e ausência de métricas padronizadas ainda comprometem a efetividade das práticas circulares, indicando a necessidade de políticas públicas claras e indicadores consistentes. Tal achado dialoga com Barbier (1987), que já defendia a integração entre variáveis ecológicas, sociais e econômicas como núcleo da sustentabilidade.

Viana et al. (2025) demonstram que a governança ambiental fundamentada no isomorfismo coercitivo, embora relevante para padronizar práticas organizacionais, apenas produz efeitos transformadores quando associada à densidade institucional e à articulação multiescalar dos atores, evitando respostas meramente simbólicas e superficiais. Essa conclusão reforça a crítica formulada por Hood (1991) à limitação de modelos uniformes de gestão pública, frequentemente orientados mais por sinais de eficiência do que por resultados concretos.

Campana et al. (2025) observam que a contabilidade ambiental amplia a transparência, fortalece a governança corporativa e contribui para atrair investimentos sustentáveis. Entretanto, os autores também assinalam obstáculos relacionados à padronização e ao risco de greenwashing, recomendando harmonização regulatória e auditorias independentes como forma de consolidar ganhos em sustentabilidade organizacional. Esse resultado se conecta à abordagem de Denhardt e Denhardt (2015), para quem a accountability constitui base da legitimidade pública.

No campo educacional, Pereira et al. (2025) mostram que o desenvolvimento de competências socioambientais demanda metodologias ativas e avaliação coerente, integradas à formação docente. A interdisciplinaridade curricular e o envolvimento institucional aparecem como fatores essenciais para sustentar transformações educacionais alinhadas à sustentabilidade. Esse resultado converge com Sachs (1993), ao sustentar que a sustentabilidade apenas se consolida quando acompanhada por formação crítica e participação ativa dos cidadãos.

Por fim, Monteiro et al. (2025) ressaltam que a inovação aberta e colaborativa, envolvendo diversos atores institucionais, contribui para práticas mais sustentáveis e eficientes. Contudo, a efetividade dessas parcerias depende da superação de barreiras regulatórias, da gestão da diversidade tecnológica e do fortalecimento da liderança para coordenação e construção de confiança mútua. Tal resultado se articula à formulação de Carayannis e Campbell (2012), que enfatiza a necessidade de governança flexível e confiança institucional para o florescimento de ecossistemas colaborativos.

4.2 DISCUSSÃO

Os resultados obtidos indicam que a sustentabilidade não se realiza como efeito automático de políticas isoladas, mas como produto de articulações institucionais complexas entre governança, inovação e cooperação interorganizacional. A literatura analisada demonstra que a presença de estruturas de governança sólidas, aliada à capacidade de adaptação administrativa, constitui elemento decisivo para transformar iniciativas setoriais em práticas sustentáveis com maior alcance e permanência.

Nesse sentido, a inovação aparece não apenas como recurso técnico ou tecnológico, mas como mediação estratégica entre capacidades institucionais e agendas socioambientais. Quando desenvolvida em ecossistemas colaborativos, ela amplia a possibilidade de integração entre atores, saberes e instrumentos de gestão, favorecendo respostas mais consistentes a problemas públicos complexos. Todavia, os estudos também mostram que tais processos permanecem condicionados por entraves regulatórios, assimetrias territoriais, fragilidades institucionais e limites orçamentários, o que reduz sua efetividade em contextos periféricos ou pouco coordenados.

A discussão também evidencia que mecanismos de transparência, indicadores de longo prazo, contabilidade ambiental e participação social funcionam como dispositivos de sustentação da legitimidade institucional. Isso significa que a consolidação de práticas sustentáveis depende não apenas da existência de inovação ou de intenção política, mas

da capacidade de produzir coordenação, controle, inclusão e aprendizado coletivo. Assim, os achados reforçam que a sustentabilidade se torna mais consistente quando integrada a modelos colaborativos de governança, capazes de articular eficiência administrativa, justiça social e compromisso ambiental em uma mesma racionalidade institucional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, as interfaces entre governança, inovação e sustentabilidade, com destaque para o papel das parcerias interinstitucionais na implementação de práticas sustentáveis em contextos locais. A partir da literatura examinada, verificou-se que esses três eixos se articulam de maneira interdependente e assumem função estratégica tanto na modernização da gestão pública quanto na ampliação da inclusão social e da legitimidade institucional.

Os achados demonstram que, embora haja avanços importantes em modelos como a Quíntupla Hélice, nas experiências de cidades inteligentes e na difusão de tecnologias verdes, ainda persistem barreiras institucionais, orçamentárias e territoriais que limitam a efetividade das políticas sustentáveis. Observou-se também que mecanismos como inovação social, contabilidade ambiental, educação para a sustentabilidade e governança colaborativa possuem potencial para ampliar transparência, engajamento, coordenação e capacidade adaptativa, desde que estejam apoiados em arranjos institucionais consistentes e em articulação intersetorial efetiva.

Conclui-se, portanto, que a consolidação de políticas públicas efetivas requer a integração entre governança adaptativa, inovação colaborativa e sustentabilidade como princípio orientador da ação institucional. O fortalecimento de indicadores, a participação ativa da sociedade civil e a transversalidade das políticas configuram caminhos promissores para aproximar eficiência administrativa e justiça social, ampliando a capacidade transformadora e a legitimidade das instituições.

REFERÊNCIAS

ALBAROUDI, E.; ELBEHAIRY, M.; AL HINNAWI, M. N. E. Artificial intelligence innovations for sustainable water management and climate resilience in Saudi Arabia's Vision 2030 framework. **ResearchGate**, 2025. Disponível

em: <https://www.researchgate.net/profile/Elham-Albaroudi/publication/395591418>.

Acesso em: 27 maio 2026.

BARBIER, E. B. The concept of sustainable economic development. **Environmental Conservation**, v. 14, n. 2, p. 101–110, 1987.

BECHTLUFFT, R. P.; COSTA, B. L. D. Determinantes da desigualdade salarial entre as carreiras do governo de Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, v. 55, p. 836–860, 2021.

BRYSON, J. M.; ACKERMANN, F.; EDEN, C. Putting the Resource-Based View of Strategy and distinctive competencies to work in public organizations. **Public Administration Review**, v. 67, n. 4, p. 702–717, 2007.

CAMPANA, C. A. et al. A influência da contabilidade ambiental no desempenho sustentável das empresas: uma revisão sistemática da literatura. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 18, n. 3, p. 1–17, 2025.

CASTRO, M. A. A.; OLIVEIRA, K. P. Carreiras individuais descortinando as trajetórias de servidores técnico-administrativos em educação – TAEs. **Revista de Ciências da Administração**, v. 25, n. 65, p. 1–21, 2023.

COSTA, A. A. P. Análise das desigualdades salariais e de progresso na carreira dos servidores técnico-administrativos em educação no Brasil. **IOSR Journal of Humanities and Social Science**, v. 30, n. 2, p. 17–22, 2025.

DENHARDT, R. B.; DENHARDT, J. V. **The new public service: serving, not steering**. London: Routledge, 2015.

DIAS, J. F.; RAMOS, J. R. Gestão pública e diversidade: um olhar sobre os desafios na administração federal brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 3, p. 435–460, 2020.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Oxford: Capstone, 1997.

FRANCO, D. M. et al. Perfil demográfico e diversidade no plano de cargos dos técnicos administrativos em educação: análise das principais variáveis. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 13, e7064, 2024.

HOOD, C. A public management for all seasons? **Public Administration**, v. 69, n. 1, p. 3–19, 1991.

MATOS, F. R. P. Inovação social no terceiro setor: uma revisão sistemática sobre impacto e sustentabilidade. **IOSR Journal of Humanities and Social Science**, v. 30, n. 2, p. 35–40, 2025.

- MINTZBERG, H. **Structure in fives: designing effective organizations**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1983.
- MONTEIRO, S. M. C. Interinstitutional collaborations in open innovation and sustainability: an integrative literature review. **American Journal of Development Studies**, v. 3, n. 2, 2025.
- NASCIMENTO, I. J. B. M. F. A quintupla hélice como modelo de inovação e sustentabilidade: uma revisão sistemática de literatura. **IOSR Journal of Multidisciplinary Research**, v. 2, n. 3, p. 1–9, 2025.
- PEREIRA, G. A. Educação para a sustentabilidade e o desenvolvimento de competências socioambientais. **IOSR Journal of Research Method in Education**, v. 15, n. 2, p. 53–57, 2025.
- PERRY, J. L.; HONDEGHEM, A. **Motivation in public management: the call of public service**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- POLLITT, C.; BOUCKAERT, G. **Public management reform: a comparative analysis – New Public Management, governance, and the Neo-Weberian State**. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- SACHS, I. **Strategies for sustainable development: theory and practice**. Tokyo: United Nations University Press, 1993.
- SANTOS, D. et al. Inovação tecnológica na sustentabilidade: uma revisão sistemática sobre o papel das tecnologias verdes na transição para economia circular. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 18, n. 1, e14482, 2025.
- SILVA, E. F. Orçamento público e agendas transversais: uma revisão integrativa sobre sustentabilidade, interdependências setoriais e inclusão. **IOSR Journal of Humanities and Social Science**, v. 29, n. 11, p. 32–37, 2024.
- SILVA, F. D. A. Desenvolvimento e avaliação de cidades inteligentes na região Norte do Brasil: o caso de Palmas-TO. **IOSR Journal of Multidisciplinary Research**, v. 2, n. 3, p. 10–16, 2025.
- SOUSA, B. H. A. B. A integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas políticas ambientais: uma revisão integrativa. **IOSR Journal of Business and Management**, v. 27, n. 3, p. 50–54, 2025.
- VIANA, M. C. V. Relações entre isomorfismo coercitivo e governança ambiental: uma revisão integrativa sob a perspectiva da teoria institucionalista e sistêmica. **IOSR Journal of Environmental Science, Toxicology and Food Technology**, v. 19, n. 7, p. 15–20, 2025.

WEBER, M. **Economy and society**. Berkeley: University of California Press, 1978.

ZEBUA, R. S. Y. et al. Social learning, public participation and community engagement in waste management: a bibliometric analysis of trends and gaps. **Cleaner Waste Systems**. [S. l.]: Elsevier, 2025. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S277291252500209X>. Acesso em: 27 maio 2026.

CAPÍTULO 03: QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E LEGITIMIDADE ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONAL

Francinária Fernandes Santos Cotrim Souza
MUST University

Adriana Dias Penha
MUST University

Antonia Zilma Oliveira da Silva
Universidade Federal do Amazonas.

Beatriz Sousa dos Santos
Faculdade Metropolitana de Manaus

Cândido José Fernandes Aguiar
Universidade Federal do Maranhão

Evanilde Mariano dos Santos
Universidade Federal do Tocantins

Felipe Gramonski dos Santos
MUST University

Irlas Evelline de Carvalho Santos
Universidade Federal do Sergipe

Jády Figueredo de Souza Saraiva
Universidade Federal Fluminense

Paulo Roberto de Araujo
Universidade Federal Fluminense

Raynara Moares da Silva
Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi

Romara Holanda Lima,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - Unilab

Ruany Idalice Martins Barros
MUST University

Suelen da Silva Pereira Murata
Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia do Acre – IFAC

Tiago Luz de Oliveira
Universidade Federal do Amazonas

RESUMO

Este capítulo analisa a qualidade da informação contábil e sua vinculação com a legitimidade organizacional à luz da Teoria Institucional, considerando sua relevância para a transparência, a confiabilidade dos dados financeiros e a consolidação de organizações em ambientes regulatórios complexos. Embora a literatura recente examine determinantes técnicos, tecnológicos e de governança associados ao reporte financeiro, ainda persiste uma lacuna quanto à articulação sistemática entre qualidade informacional e legitimidade organizacional sob a perspectiva institucional. Nesse contexto, o estudo adota abordagem qualitativa, de natureza teórico-analítica, estruturada por meio de revisão integrativa da literatura com desenho semi-prismático, articulando fundamentos clássicos do institucionalismo organizacional e evidências empíricas recentes identificadas na Web of Science a partir de um descritor único. Os resultados demonstram que a qualidade da informação não se limita a um atributo técnico, pois decorre da interação entre capacidades internas, mecanismos de governança, pressões institucionais e processos de adaptação normativa. Evidencia-se, ainda, que a informação contábil opera simultaneamente como instrumento de mensuração e como mecanismo institucional de credibilidade, reforçando a posição da organização no campo institucional. Conclui-se que a qualidade da informação contábil deve ser compreendida como um construto institucional estratégico, cuja efetividade depende da convergência entre conformidade regulatória, governança estruturada e expectativas sociais.

Palavras Chaves: *Qualidade da informação contábil. Legitimidade organizacional. Teoria Institucional. Governança corporativa. Relato financeiro.*

1 INTRODUÇÃO

A produção de informação contábil de elevada qualidade vem sendo compreendida, de modo crescente, como um elemento central para a transparência, para a confiabilidade dos dados financeiros e para o fortalecimento dos mecanismos internos e externos de controle nas organizações. Nesse cenário, a qualidade da informação contábil não pode ser reduzida a métricas estritamente técnicas ou econômicas, pois envolve também variáveis organizacionais e institucionais que influenciam a forma como as informações são elaboradas, comunicadas e apropriadas por agentes internos e externos nos processos decisórios. A literatura contemporânea indica, ainda, que essa produção informacional é condicionada por fatores econômicos, políticos e tecnológicos, os quais expressam tanto forças normativas quanto práticas institucionais consolidadas no contexto organizacional.

Embora os estudos mais recentes se debrucem sobre os determinantes da qualidade da informação contábil em diferentes contextos organizacionais, permanece uma lacuna quanto à interpretação desses processos à luz da Teoria Institucional, especialmente no que se refere à legitimidade organizacional. Parte da produção contemporânea sobre pressões institucionais e práticas de divulgação evidencia que, em ambientes regulados, normas coercitivas e expectativas sociais não apenas orientam a

adoção de padrões contábeis, mas também influenciam a própria percepção de conformidade e legitimidade institucional. De modo complementar, a literatura emergente reforça que as forças coercitivas, normativas e miméticas seguem sendo fundamentais para compreender como as práticas contábeis e de divulgação se estabilizam e passam a operar como instrumentos permanentes de legitimação.

Diante disso, este artigo tem por objetivo analisar a qualidade da informação contábil e sua relação com a legitimidade organizacional à luz da Teoria Institucional. Para tanto, adota-se uma revisão integrativa da literatura, estruturada em desenho semi-prismático, o que possibilita identificar, organizar e interpretar contribuições teóricas e empíricas que articulam evidências sobre o papel das pressões institucionais e da produção informacional na construção da legitimidade organizacional no campo contábil. Desse modo, busca-se प्रस्तुत (presentar) uma visão integrada e atualizada sobre como a qualidade informacional atua não apenas como atributo técnico, mas também como mecanismo institucional capaz de repercutir na percepção social e na aceitação das organizações.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A qualidade da informação contábil, no contexto contemporâneo, não pode ser compreendida apenas como um atributo técnico vinculado à mensuração e à divulgação financeira. A literatura recente demonstra que sua conformação está profundamente associada às transformações tecnológicas e às pressões institucionais que moldam as práticas organizacionais. Estudos sobre a transformação digital na contabilidade indicam que a incorporação de tecnologias como blockchain, inteligência artificial e automação redefine os processos de geração, validação e divulgação dos dados contábeis, alterando simultaneamente os critérios de confiabilidade, tempestividade e transparência. Essa reconfiguração desloca o foco da execução operacional para a governança da informação, sugerindo que a qualidade passa a depender, de forma crescente, da articulação entre tecnologia, controle interno e capacidade analítica.

Sob a ótica da inovação tecnológica, a literatura aponta que a digitalização amplia a rastreabilidade e a segurança das transações, fortalecendo atributos clássicos da informação contábil, como verificabilidade e integridade. Ainda assim, esses avanços não operam em um vazio institucional. A adoção de tecnologias emergentes enfrenta barreiras regulatórias, culturais e normativas que condicionam sua efetiva institucionalização.

Assim, a qualidade da informação contábil passa a ser mediada por arranjos institucionais que definem padrões de conformidade, prestação de contas e legitimidade.

No campo da auditoria, as evidências sugerem que tecnologias como RPA e inteligência artificial ampliam a detecção de inconsistências e aprimoram a confiabilidade dos relatórios financeiros. Contudo, tais ganhos dependem da capacidade organizacional de alinhar a inovação tecnológica com estruturas adequadas de governança. A literatura mostra que, sem padronização normativa e formação profissional, a automação pode produzir assimetrias interpretativas e riscos de dependência excessiva de sistemas algorítmicos. Desse modo, a qualidade da informação contábil deixa de ser exclusivamente produto da técnica normativa e passa a refletir a interação entre tecnologia, julgamento profissional e contexto institucional.

A discussão sobre transparência pública reforça esse argumento. Estudos sobre contabilidade e gestão pública mostram que a mera divulgação formal dos dados não assegura qualidade informacional quando não há uma cultura organizacional orientada à accountability e ao controle social. A transparência, portanto, assume dimensão institucional: sua efetividade depende da internalização de valores normativos que sustentem a legitimidade da organização perante múltiplos públicos.

No campo ambiental, a literatura demonstra que a incorporação de práticas de contabilidade ambiental e de divulgação ESG fortalece a percepção de legitimidade corporativa, sobretudo em contextos de pressão regulatória e social. Entretanto, a ausência de harmonização normativa e o risco de greenwashing evidenciam que a qualidade da informação ambiental é condicionada pela coerência institucional entre discurso e prática. A legitimidade organizacional, nesse cenário, torna-se resultado da consonância entre a divulgação contábil e as expectativas sociais.

A Teoria Institucional oferece um arcabouço analítico para interpretar esses fenômenos. As organizações operam em ambientes marcados por pressões coercitivas, normativas e miméticas, que moldam práticas contábeis e padrões de divulgação. A busca por legitimidade conduz as organizações à adoção de estruturas e tecnologias percebidas como socialmente adequadas, ainda que os ganhos técnicos não sejam plenamente demonstráveis. Nesse sentido, a adoção de tecnologias digitais e de sistemas avançados de informação contábil pode ser interpretada como resposta estratégica às expectativas institucionais de modernização e conformidade.

Além disso, a literatura contemporânea sugere que a qualidade da informação contábil atua como mecanismo de legitimação organizacional. Ao produzir relatórios

percebidos como confiáveis, transparentes e alinhados a padrões normativos, as organizações reforçam sua posição no campo institucional. Todavia, quando há desalinhamento entre inovação tecnológica e governança institucional, a legitimidade pode ser fragilizada, demonstrando que a qualidade informacional não é apenas um atributo técnico, mas uma construção socialmente mediada. Assim, o estado da arte revela convergência teórica em três dimensões centrais: i) a tecnologia como vetor de reconfiguração da informação contábil; ii) a governança como mecanismo de estabilização e validação institucional; e iii) a legitimidade como resultado simbólico da conformidade informacional. A qualidade da informação contábil, portanto, emerge como fenômeno híbrido, situado na interseção entre inovação tecnológica e pressões institucionais, exigindo uma abordagem integrada que articule técnica, estratégia e enquadramento institucional.

3 METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, de natureza teórico-analítica, estruturada a partir de uma revisão integrativa da literatura. A opção por esse delineamento decorre da necessidade de articular os fundamentos clássicos da Teoria Institucional com evidências empíricas recentes sobre a qualidade da informação contábil e a legitimidade organizacional, promovendo uma integração crítica entre a tradição teórica consolidada e as produções contemporâneas.

A construção do corpus teórico teve início com a incorporação de autores clássicos do novo institucionalismo organizacional, com destaque para Meyer e Rowan e para DiMaggio e Powell, cujas contribuições são centrais para a compreensão dos mecanismos de isomorfismo, conformidade estrutural e busca por legitimidade nos campos organizacionais. Esses referenciais ofereceram a base interpretativa necessária para entender de que modo as práticas contábeis e os padrões de divulgação podem ser moldados por pressões coercitivas, normativas e miméticas.

Além desse alicerce teórico, foram incluídos artigos científicos recentes publicados entre 2024 e 2025, localizados por meio do Google Scholar, mediante o uso de descritores combinados em português e inglês, como “qualidade da informação contábil”, “accounting information quality”, “legitimidade organizacional”, “governança”, “blockchain and accounting”, “artificial intelligence in accounting” e

“accounting transparency”. Esses estudos contribuíram para consolidar o estado da arte e atualizar o debate sobre a influência de tecnologias emergentes, mecanismos de governança e práticas de divulgação na percepção de legitimidade organizacional.

Paralelamente à construção teórica, realizou-se um levantamento estruturado na base Web of Science, com a finalidade de delimitar um corpus empírico compatível com o fenômeno investigado. A busca foi efetuada no campo Topic (TS), com o emprego de um descritor único e combinado, conforme a estratégia: (“accounting information quality” OR “financial reporting quality”) AND (“organizational legitimacy” OR “institutional theory”). A adoção de um descritor único buscou preservar a coerência temática e evitar dispersão excessiva dos resultados. O levantamento resultou em 11 artigos, integralmente incorporados ao corpus empírico da análise, e, diante do número reduzido de registros e de sua aderência temática, não foram aplicados filtros adicionais de exclusão.

Os 11 estudos selecionados passaram por leitura analítica aprofundada, contemplando resumos, introduções, resultados e conclusões. A análise foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo temática, em perspectiva indutiva, o que permitiu identificar padrões recorrentes e construir categorias emergentes relacionadas à qualidade da informação contábil como mecanismo de conformidade institucional, à governança e à transparência como vetores da legitimidade organizacional e às pressões institucionais como determinantes da adoção de práticas de reporte e divulgação.

Ainda que a pesquisa não tenha seguido um protocolo formal de revisão sistemática com fluxo completo de PRISMA, o processo foi desenvolvido de modo estruturado, com definição explícita da base consultada, delimitação do descritor e análise abrangente dos estudos selecionados, assegurando consistência metodológica e transparência interpretativa. Dessa forma, a revisão integrativa operou como mecanismo de articulação entre o arcabouço teórico clássico e as evidências empíricas contemporâneas, permitindo examinar a qualidade da informação contábil como um fenômeno simultaneamente técnico e institucional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 RESULTADOS

A análise dos artigos selecionados possibilitou a identificação de quatro categorias centrais que organizam a discussão sobre a qualidade da informação contábil no contexto organizacional: i) capacidades internas e competência contábil como determinantes da qualidade; ii) mecanismos de governança e auditoria como garantias institucionais de confiabilidade; iii) pressões institucionais e visibilidade pública como fatores condicionantes do comportamento informacional; e iv) processos de mudança normativa e adaptação organizacional como elementos de consolidação da qualidade. Essas categorias derivam da recorrência temática observada nos estudos e evidenciam que a qualidade informacional se constitui na intersecção entre estrutura interna e ambiente institucional.

A qualidade da informação contábil aparece, em primeiro lugar, como produto das capacidades organizacionais que sustentam sua produção. Tran et al. (2021) demonstram que a liderança e a capacidade técnica contábil influenciam diretamente a accountability por meio da qualidade do reporte financeiro, indicando que o padrão informacional depende de competências internas capazes de assegurar consistência e rigor. Na mesma direção, Tran et al. (2022) mostram que fatores estruturais da organização condicionam a transformação da qualidade das demonstrações financeiras em agências governamentais, reforçando que a confiabilidade informacional não decorre apenas da existência de normas, mas da capacidade institucional de operacionalizá-las. A convergência desses estudos sustenta a compreensão de que a qualidade se consolida quando as capacidades internas se estabilizam como rotinas organizacionais.

Essa dimensão é complementada pela utilidade decisória da informação contábil. Cohen (2017) argumenta que mudanças na base contábil afetam a comparabilidade e a inteligibilidade dos relatórios governamentais, impactando sua capacidade de apoiar decisões organizacionais. A qualidade informacional, portanto, depende do referencial conceitual que orienta a mensuração e da consistência na aplicação dos critérios contábeis. Quando a informação não atende aos requisitos de clareza e comparabilidade, sua função institucional de orientar escolhas e reduzir incertezas fica comprometida, evidenciando que a qualidade está intrinsecamente ligada à credibilidade organizacional.

No contexto da governança, a qualidade informacional encontra suporte em mecanismos formais de monitoramento. Kunsrison et al. (2025) demonstram que a qualidade do comitê de auditoria está associada à elevação do padrão do reporte financeiro, sugerindo que estruturas de supervisão reduzem riscos de fragilidade informacional. De modo convergente, Bagis et al. (2023) reforçam que comitês de

auditoria robustos funcionam, sob uma perspectiva institucional, como dispositivos que disciplinam práticas e fortalecem a credibilidade dos relatórios. Esses achados indicam que a qualidade contábil se estabiliza quando estruturas de governança operam como garantias de conformidade e controle.

A incorporação da tecnologia amplia essa discussão ao introduzir novas ferramentas de monitoramento e análise. Saleh e Al-Mughrabi (2023) mostram que a analytics de auditoria contribui para aprimorar a qualidade informacional ao expandir as capacidades de detecção e verificação, desde que esteja integrada às rotinas organizacionais. A tecnologia, contudo, não substitui a estrutura institucional existente, mas depende de sua absorção pela organização para produzir efeitos consistentes. Assim, a qualidade informacional emerge da interação entre ferramentas analíticas e a capacidade institucional de utilizá-las de modo sistemático.

4.2 DISCUSSÃO

Além dos fatores internos, as pressões externas exercem influência decisiva sobre a qualidade da informação contábil. Perera e Jubb (2024) demonstram que a maior visibilidade política se associa a padrões mais elevados de earnings quality, sugerindo que a vigilância pública intensifica os incentivos à consistência informacional. Rahman et al. (2023) reforçam essa interpretação ao relacionar práticas de responsabilidade social à qualidade contábil, indicando que o reporte pode funcionar como mecanismo de legitimação perante os stakeholders. Nessa perspectiva, a qualidade opera como sinal organizacional de conformidade e competência, respondendo às expectativas do ambiente institucional.

A influência do contexto institucional é ainda aprofundada por Rahman (2010), que demonstra que a fiscalização regulatória e as características institucionais moldam a qualidade da informação contábil, especialmente em economias emergentes. O estudo evidencia que a robustez do ambiente regulatório condiciona incentivos e padrões de comportamento informacional. Em complemento, Hines (2015) sustenta que regulação e ética influenciam a qualidade contábil ao inserir dimensões normativas e morais no processo de reporte, reforçando que a credibilidade depende da adesão a padrões socialmente aceitos.

Por fim, os processos de mudança regulatória revelam que a qualidade informacional requer adaptação organizacional consistente. Trabulsi et al. (2025)

demonstram que desafios na implementação das IPSAS impactam diretamente a estabilidade e a consistência do reporte no setor público, indicando que a adoção formal não assegura, por si só, qualidade efetiva. A consolidação da qualidade depende da internalização de práticas e da reconfiguração das rotinas organizacionais, mostrando que transformação institucional e qualidade informacional são interdependentes.

De forma integrada, os estudos analisados convergem para sustentar que a qualidade da informação contábil não é um atributo isolado, mas o resultado da interação entre capacidades internas, governança, tecnologia, pressões institucionais e processos de mudança regulatória. A informação contábil assume, assim, dupla função: instrumento técnico de mensuração e mecanismo institucional de credibilidade, configurando-se como elemento central na sustentação da legitimidade organizacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a qualidade da informação contábil e sua relação com a legitimidade organizacional à luz da Teoria Institucional, com base em uma revisão integrativa da literatura estruturada em desenho semi-prismático. A análise realizada permitiu articular evidências empíricas recentes com fundamentos clássicos do institucionalismo, demonstrando que a qualidade da informação contábil não pode ser reduzida a um atributo meramente técnico, limitado a critérios de mensuração ou ao simples cumprimento normativo, mas deve ser compreendida como um fenômeno socialmente construído e institucionalmente condicionado.

Os resultados indicam que a qualidade informacional emerge da interação entre capacidades internas, mecanismos de governança, pressões institucionais e processos de mudança normativa. Nesse processo, a competência técnica contábil, a liderança organizacional e a estrutura de auditoria configuram elementos centrais para a consistência e a confiabilidade dos relatórios. Contudo, tais fatores não operam de maneira isolada. A visibilidade pública, a fiscalização regulatória e as expectativas sociais intensificam os incentivos à conformidade, convertendo a qualidade informacional em mecanismo estratégico de legitimação organizacional.

Nesse sentido, a informação contábil passa a desempenhar um papel simbólico e institucional, ao sinalizar adesão a padrões socialmente reconhecidos e fortalecer a posição da organização no campo institucional. A incorporação de tecnologias analíticas

e de sistemas avançados de auditoria amplia o potencial técnico da informação contábil, mas sua efetividade depende da capacidade institucional de absorção e integração às rotinas organizacionais. A tecnologia, portanto, não substitui a estrutura institucional; ao contrário, sua contribuição para a qualidade informacional está condicionada à existência de governança consistente e internalização normativa.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui ao integrar a Teoria Institucional ao debate contemporâneo sobre qualidade da informação contábil, superando abordagens que a tratam exclusivamente sob a ótica técnica ou econômica. A qualidade informacional revela-se como resultado da convergência entre conformidade normativa, capacidade organizacional e pressões do ambiente, reforçando que a legitimidade organizacional depende da coerência entre práticas de reporte e expectativas institucionais. Assim, a informação contábil se consolida como recurso estratégico e institucional, cuja credibilidade sustenta a aceitação social e a estabilidade organizacional.

Como implicação analítica, o quadro desenvolvido sugere que investigações empíricas futuras podem aprofundar a análise de como diferentes arranjos institucionais e níveis de fiscalização regulatória influenciam a ativação dos mecanismos internos de qualidade informacional. Além disso, estudos comparativos entre contextos regulatórios distintos podem ampliar a compreensão das condições sob as quais a qualidade da informação contábil se converte efetivamente em legitimidade organizacional sustentável. Conclui-se que a qualidade da informação contábil deve ser interpretada como um construto institucional que articula técnica, governança e ambiente normativo, cuja função transcende a mensuração econômica e se afirma como instrumento central de produção e manutenção da legitimidade organizacional no campo contábil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- Bagis, M., Kryeziu, L., Kurutkan, M., Krasniqi, B., Yazici, O., & Memili, E. (2023). Topics, trends and theories in family business research: 1996-2020. **International Entrepreneurship and Management Journal**, 19(4), 1855-1891.
<https://doi.org/10.1007/s11365-023-00904-y>
- Barbosa, S. da C., Leandro, A. C. M. C., Neves, D. O., Vilhena, F. A. de F., Souza, F. F. S. C., Barros, L. C., Lins, L. da C., de Araujo, P. R., de Oliveira, T. L., & da Silva, E. N. (2025). Accounting and artificial intelligence: A systematic review of the literature on

- the technological impacts in the accounting field. **Journal of Economics, Business, and Commerce**, 2(2), 150-157. <https://doi.org/10.69739/jebc.v2i2.1083>
- Barros, R. I. M., Campana, C. A., Vilhena, F. A. F., Pereira, G. A. B., Ferreira, H. S., Fagundes, J. M., Oliveira, T. L., Fernandes, L. O. R., & da Silva, E. N. (2025). Blockchain and accounting: Contemporary benefits and challenges. **American Journal of Financial Technology and Innovation**, 3(1), 109-114. <https://doi.org/10.54536/ajfti.v3i1.5286>
- Campana, C. A., Costa Neto, A., Carmo, A. P. F., Silva, A. T. P., Santos, E. M., Oliveira, E. D., Ferreira, H. S., Lima, G. S., Silva, J. A., Fagundes, J. M., Beker, J. C., Sousa, M. Q., Rocha, N. L. S., & da Silva, E. N. (2025). A influência da contabilidade ambiental no desempenho sustentável das empresas: Uma revisão sistemática da literatura. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 18(3), 1-17. <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.3-049>
- Cohen, S., & Karatzimas, S. (2017). Accounting information quality and decision-usefulness of governmental financial reporting: Moving from cash to modified cash. **Meditari Accountancy Research**, 25(1), 95-113. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-10-2015-0070>
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Journal of Sociology**, 83(2), 340-363.
- Elmanaseer, M. I. (2025). How do institutional pressures reshape organizational disclosure practices? **Business Strategy and the Environment**. <https://doi.org/10.1002/bse.4340>
- Hines, C., & Peters, G. (2015). Voluntary risk management committee formation: Determinants and short-term outcomes. **Journal of Accounting and Public Policy**, 34(3), 267-290. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2015.02.001>
- Juráček, L. (2025). Institutional, resource-based, stakeholder and legitimacy perspectives on organizational practices. **Governance Journal**, 15(8), 311-xx.
- Kunsrison, R. (2025). Does digital business reporting, XBRL, regulate financial reporting quality in emerging market? The institutional view. **International Journal of Analysis and Applications**, 23. <https://doi.org/10.28924/2291-8639-23-2025-244>
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, 83(2), 340-363.

- Perera, L., & Jubb, C. (2024). Greenhouse gas emissions, political visibility and earnings quality. **Australasian Accounting, Business and Finance Journal**, 18(4), 22-49.
- Rahaman, M., Hossain, M., & Bhuiyan, M. (2023). Disclosure of key audit matters (KAMs) in financial reporting: Evidence from an emerging economy. **Journal of Accounting in Emerging Economies**, 13(3), 666-702. <https://doi.org/10.1108/JAEE-11-2021-0355>
- Rahman, A., Yammeesri, J., & Perera, H. (2010). Financial reporting quality in international settings: A comparative study of the USA, Japan, Thailand, France and Germany. **The International Journal of Accounting**, 45(1), 1-34. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2010.01.001>
- Saleh, I., Marei, Y., Ayoush, M., & Abu Afifa, M. (2023). Big data analytics and financial reporting quality: Qualitative evidence from Canada. **Journal of Financial Reporting and Accounting**, 21(1), 83-104. <https://doi.org/10.1108/JFRA-12-2021-0489>
- Santiago, S. A., Carmo, A. P. F., Silva, A. S., Teixeira, A. R., Silva, E. F., da Silva, E. N., Serudo, E. C. A., Silva, F. D. A., Nascimento, J. W., Neto, M. S., Castro, M. A. A., Silva, M. C. J., Ribeiro, M. B., Souza, S. M. F. R., & Oliveira, T. L. (2024). The importance of accounting transparency in public management for the strengthening of social control. **IOSR Journal of Business and Management**, 26(11), 47-52. <https://doi.org/10.9790/487X-2611024752>
- Silva, M. C. J., Carmo, A. P. F., Silva, A. S., Teixeira, A. R., Campana, C. A., Sousa, B. H. A. B., Franco, D. M., da Silva, E. N., Santos, E. M., Vilhena, F. A. F., Lima, G. S., Ferreira, H. S., Nascimento, J. W., Neto, M. S., & Barros, R. I. M. (2025). Inovação na auditoria contábil: Uma análise bibliométrica das tecnologias emergentes. **IOSR Journal of Business and Management**, 27(1), 6-11. <https://doi.org/10.9790/487X-2701060611>
- Silva, E. N., Veloso, C. C. F., Silva, E. F. E., Silva, F. D. A., Matos, F. R. P., Nascimento, J. W., Lins, L. C., Soares, L., Castro, M. A. A., & Freitas, V. M. S. (2024). Innovation in the evolution of accounting: A study of accounting transformation in the digital age. **IOSR Journal of Business and Management**, 26(8), 9-15. <https://doi.org/10.9790/487X-2608020915>

- Silva, M. A. C., Soares, C. S. A., & Barbosa Neto, J. E. (2025). Qualidade da informação contábil e fiscal no Brasil. **Revista Ambiente Contábil**, 17(1), 330-347. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2025v17n1ID35441>
- Sunarta, I. N., & Astuti, P. D. (2023). Accounting information system quality and organizational performance: The mediating role of accounting information quality. **International Journal of Professional Business Review**, 8(3), e01192. <https://doi.org/10.26668/businessreview/2023.v8i3>
- Trabulsi, R., & Alamri, A. (2025). Change management application challenges during IPSAS implementation in the Kingdom of Saudi Arabia. **Pacific Business Review International**, 17(11), 103-125.
- Tran, Y., Nguyen, N., & Hoang, T. (2021). Effects of leadership and accounting capacity on accountability through the quality of financial reporting by public organisations in Vietnam. **Journal of Asia Business Studies**, 15(3), 484-502. <https://doi.org/10.1108/JABS-02-2020-0077>
- Tran, Y., Nguyen, N., & Hoang, T. (2022). How do innovation and financial reporting influence public sector performance in a transition market? **Journal of Accounting in Emerging Economies**, 12(4), 645-662. <https://doi.org/10.1108/JAEE-06-2021-0180G>

CAPÍTULO 04: ADOÇÃO DAS IFRS SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA INSTITUCIONAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Lorena Sobral Barros

MUST University

Adriana Dias Penha 🖐️

Must University

Ariel Caldas Rodriguez

Universidade Estácio de Sá

Cândido José Fernandes Aguiar

Universidade Federal do Maranhão

Ednaldo Ferreira e Silva

Universidade Federal do Amazonas

Evanilde Mariano dos Santos

MUST University

Ana de Medeiros Fernandes dos Santos

Universidade Federal Fluminense

Jády Figueredo de Souza Saraiva

Universidade Federal Fluminense

Lucas Mendonça dos Santos

Universidade Federal Fluminense

Meri Raquel De Araujo Costa

Universidade de la Empresa

Ramon Santiago Magalhães

Universidade Federal Fluminense

Robson Dutra Teixeira

Universidade Federal Fluminense

Susana Inácio Ferreira

MUST University

Thiago Nonato Alves

Universidade Federal da Bahia

Flavio Lourenço de Carvalho

CEETEPS

RESUMO

Este capítulo examina a adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) como um dos processos mais relevantes de harmonização contábil em escala global, na medida em que favorece maior transparência, comparabilidade e qualidade da informação financeira entre diferentes jurisdições. Nesse cenário, a teoria institucional tem sido amplamente mobilizada para explicar os fatores que condicionam a adoção e a difusão dessas normas, sobretudo pelo peso das pressões coercitivas, miméticas e normativas exercidas por órgãos reguladores, mercados financeiros e comunidades profissionais. Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre a teoria institucional e a adoção das IFRS por meio de uma revisão sistemática da literatura. Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida como revisão sistemática, com base na base de dados Web of Science, contemplando artigos revisados por pares vinculados à teoria institucional e à adoção das IFRS. O processo de seleção ocorreu em três etapas — identificação, triagem e leitura na íntegra —, resultando em uma amostra final de 15 estudos de revisão. Os resultados evidenciam que a teoria institucional se consolidou como uma das principais abordagens explicativas para compreender a difusão das IFRS, indicando que a adoção dessas normas é fortemente influenciada por pressões institucionais, mecanismos de isomorfismo e atuação de diferentes agentes institucionais. Ademais, fatores contextuais, como características culturais, institucionais e regulatórias, foram identificados como elementos que interferem na forma como as IFRS são implementadas em diferentes países. Conclui-se que, embora a convergência contábil internacional seja impulsionada por pressões institucionais de alcance global, sua implementação prática permanece heterogênea, o que reforça a necessidade de considerar variações institucionais e contextuais na análise dos efeitos da adoção das IFRS.

Palavras Chaves: *IFRS; teoria institucional; harmonização contábil; adoção de normas contábeis; isomorfismo institucional; qualidade da informação financeira.*

1 INTRODUÇÃO

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) constitui um dos movimentos mais relevantes de harmonização contábil em escala mundial, uma vez que busca ampliar a transparência, a comparabilidade e a qualidade da informação financeira em distintos países e organizações. Esse processo tem sido amplamente examinado à luz da teoria institucional, a qual permite compreender de que modo pressões coercitivas, normativas e miméticas influenciam as decisões organizacionais e favorecem a convergência das práticas contábeis em diferentes contextos institucionais (Giner et al., 2025; Agarwal et al., 2024).

Revisões recentes apontam que a teoria institucional se consolidou como uma das principais abordagens para explicar a adoção das IFRS, destacando que fatores como pressões regulatórias, legitimidade organizacional e atendimento às expectativas externas exercem papel central na difusão global dessas normas (Agana et al., 2023). Nessa perspectiva, a adoção das IFRS não pode ser compreendida apenas como uma mudança técnica, mas também como um fenômeno institucional, atravessado por dinâmicas sociais, políticas e organizacionais que condicionam sua incorporação nos diferentes ambientes contábeis.

Apesar da ampla disseminação das IFRS, a literatura evidencia que sua adoção ocorre de maneira heterogênea, refletindo diferenças de natureza institucional, regulatória

e organizacional. Estudos indicam que as pressões institucionais, incluindo fatores políticos, econômicos e sociais, exercem influência significativa sobre a adoção e a implementação dessas normas, demonstrando que o processo de convergência contábil é moldado por condições estruturais e institucionais específicas (Klish, 2025). Essa heterogeneidade evidencia a necessidade de consolidar o conhecimento já produzido, identificar os principais fatores institucionais associados à adoção das IFRS e compreender de que forma a teoria institucional tem sido mobilizada para explicar esse fenômeno.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a relação entre a teoria institucional e a adoção das International Financial Reporting Standards (IFRS) por meio de uma revisão sistemática da literatura.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A intensificação da integração dos mercados financeiros internacionais ampliou a demanda por padrões contábeis capazes de assegurar transparência, comparabilidade e confiabilidade às informações financeiras em diferentes jurisdições. Nesse cenário, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) consolidaram-se como um dos principais instrumentos da harmonização contábil internacional, tendo sido adotadas ou convergidas por mais de cem países ao longo das últimas duas décadas. Conforme Ball (2016) e De George, Li e Shivakumar (2016), a expansão das IFRS relaciona-se aos esforços voltados à redução das assimetrias informacionais nos mercados de capitais e ao fortalecimento da credibilidade das demonstrações financeiras em contextos marcados pela globalização econômica e pela crescente mobilidade do capital.

Estudos mais recentes salientam que a adoção das IFRS não representa apenas uma alteração técnica nas práticas contábeis, mas um fenômeno institucional complexo, que envolve transformações regulatórias, organizacionais e profissionais em distintos contextos nacionais. Segundo Christensen, Hail e Leuz (2013) e Daske et al. (2013), a convergência com padrões internacionais frequentemente integra reformas institucionais mais amplas, voltadas ao aprimoramento da governança corporativa, ao fortalecimento da regulação dos mercados financeiros e à ampliação da transparência informacional. Nesse sentido, a literatura sugere que os efeitos da adoção das IFRS dependem fortemente das condições institucionais vigentes em cada país, incluindo a qualidade das instituições reguladoras, o nível de enforcement e a estrutura dos mercados de capitais.

A partir dessa perspectiva, diferentes abordagens teóricas têm sido mobilizadas para explicar os fatores que impulsionam a adoção global das IFRS. Entre elas, a teoria institucional tem se destacado como um dos referenciais mais utilizados para compreender a difusão dos padrões contábeis internacionais. Como argumentam Guerreiro, Rodrigues e Craig (2021), as reformas contábeis associadas às IFRS frequentemente refletem respostas organizacionais a pressões institucionais oriundas de organismos internacionais, reguladores nacionais, mercados financeiros e comunidades profissionais. Nesse contexto, a adoção de padrões globais pode ser interpretada como uma estratégia de legitimação organizacional, por meio da qual países e empresas procuram alinhar-se a práticas consideradas legítimas no campo contábil internacional.

A literatura recente também enfatiza que a difusão das IFRS ocorre em um ambiente institucional marcado por distintas formas de pressão. Conforme discutido por Haapamäki (2022), as mudanças regulatórias no campo contábil refletem, com frequência, a interação entre pressões coercitivas emanadas de órgãos reguladores, pressões miméticas associadas à imitação de práticas percebidas como bem-sucedidas e pressões normativas derivadas de associações profissionais e instituições educacionais. Esses mecanismos ajudam a explicar por que organizações e países tendem a convergir para padrões contábeis semelhantes, ainda que inseridos em contextos institucionais distintos.

Para além das pressões institucionais de caráter global, a literatura demonstra que fatores contextuais específicos influenciam de forma significativa os processos de adoção e implementação das IFRS. Estudos recentes indicam que diferenças culturais, jurídicas e regulatórias podem afetar a maneira como os padrões internacionais são interpretados e aplicados em diferentes países. Nesse sentido, Ben Salem e Ayadi (2023) mostram que variáveis culturais e institucionais exercem papel relevante na decisão dos países de adotar integralmente, adotar parcialmente ou resistir à convergência com as IFRS. De modo semelhante, Calandra, Lanzalonga e Biancone (2024) destacam que características institucionais específicas, como tradições jurídicas, sistemas financeiros e estruturas de governança, condicionam a forma como os padrões internacionais são apropriados ou adaptados em diferentes contextos nacionais.

No plano organizacional, estudos recentes têm investigado os efeitos da adoção das IFRS sobre a qualidade da informação contábil e sobre o comportamento corporativo. Evidências empíricas indicam que a convergência com padrões internacionais pode contribuir para elevar a relevância e a comparabilidade das demonstrações financeiras,

além de reduzir determinadas práticas de gerenciamento de النتائج. De acordo com Himanshu e Baker (2025), a adoção de normas convergentes com as IFRS em economias emergentes pode fortalecer a credibilidade da informação financeira e ampliar a confiança dos investidores, desde que existam mecanismos institucionais adequados de supervisão e fiscalização.

Entretanto, a literatura também assinala que os efeitos da adoção das IFRS não são uniformes entre países e setores. Segundo Gokhale e Pillai (2024), fatores institucionais como estruturas de governança corporativa, sistemas jurídicos e qualidade da supervisão regulatória influenciam de maneira decisiva os resultados associados à implementação dos padrões internacionais. Em contextos institucionalmente mais frágeis, a adoção formal das IFRS pode coexistir com práticas contábeis divergentes ou adaptações locais, o que evidencia a importância de analisar a convergência contábil sob uma perspectiva institucional mais ampla.

Além disso, estudos recentes destacam o papel de diferentes atores institucionais na difusão e consolidação das IFRS. Como apontam Eldaly, Elamer e Abdel-Kader (2024), reguladores, firmas internacionais de auditoria, investidores estrangeiros e associações profissionais exercem função central na promoção dos padrões contábeis globais, atuando como agentes de difusão institucional e influenciando reformas regulatórias em distintos países. Nesse sentido, a adoção das IFRS pode ser compreendida como resultado da interação entre múltiplos atores institucionais que operam em arenas nacionais e transnacionais.

Dessa forma, o estado da arte indica que a adoção das IFRS constitui um fenômeno multifacetado, que envolve tanto processos de harmonização normativa em escala global quanto dinâmicas institucionais específicas nos níveis nacional e organizacional. A literatura recente sugere que a teoria institucional oferece um referencial analítico particularmente adequado para compreender essas dinâmicas, uma vez que considera, simultaneamente, a influência de pressões regulatórias, fatores culturais, estruturas institucionais e estratégias organizacionais na difusão e implementação dos padrões contábeis internacionais. Nesse contexto, torna-se relevante aprofundar a análise de como a teoria institucional tem sido utilizada na literatura para explicar os processos de adoção, implementação e efeitos das IFRS, especialmente por meio de revisões sistemáticas que sintetizem o conhecimento acumulado e identifiquem lacunas de pesquisa nesse campo.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura, desenvolvida com o objetivo de identificar e analisar de que maneira a teoria institucional tem sido empregada para explicar a adoção e a implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). A abordagem metodológica adotada permitiu organizar, sintetizar e interpretar criticamente evidências provenientes de estudos já publicados, com a finalidade de identificar padrões analíticos e lacunas de pesquisa no campo da contabilidade internacional.

A busca pelos estudos foi realizada na base Web of Science (WoS), selecionada por sua relevância acadêmica e por indexar periódicos científicos de alto impacto nas áreas de contabilidade, gestão e finanças. A estratégia de busca utilizou combinações de descritores relacionados à teoria institucional e às IFRS, como *institutional theory*, *institutional pressures*, *isomorphism*, *IFRS adoption* e *international financial reporting standards*. A seleção contemplou apenas artigos revisados por pares, publicados em periódicos científicos e integralmente disponíveis na base consultada.

O processo de seleção seguiu três etapas principais. Na primeira, realizou-se a identificação inicial dos estudos por meio da leitura de títulos e resumos recuperados pela estratégia de busca. Na segunda, os artigos foram submetidos à triagem, com a exclusão daqueles que não apresentavam relação direta com a adoção, implementação ou difusão das IFRS sob a perspectiva da teoria institucional. Na terceira etapa, procedeu-se à leitura integral dos textos, com o objetivo de confirmar o alinhamento temático e a pertinência teórica dos estudos em relação aos objetivos da pesquisa.

Após a aplicação dos critérios de seleção, foi definida uma amostra final composta por 15 estudos de revisão, os quais abordam a adoção das IFRS e temas correlatos a partir de diferentes perspectivas institucionais. A opção por estudos de revisão ampliou o alcance analítico da pesquisa, uma vez que essas publicações sintetizam evidências acumuladas em múltiplos contextos nacionais, regulatórios e organizacionais.

Para a análise dos estudos selecionados, empregou-se a estratégia de análise temática, voltada à identificação de padrões convergentes na literatura. Inicialmente, realizou-se uma leitura detalhada dos artigos, seguida da identificação de conceitos recorrentes, categorias analíticas e relações teóricas associadas à adoção das IFRS. Em seguida, esses elementos foram organizados em categorias analíticas emergentes, que estruturam a seção de resultados e discussão do estudo.

Essa abordagem permitiu sintetizar a literatura em cinco grandes dimensões analíticas: (i) pressões institucionais e fatores indutores da adoção das IFRS; (ii) mecanismos de isomorfismo e difusão normativa; (iii) implementação, conformidade e qualidade da informação financeira; (iv) papel dos atores e das arenas institucionais; e (v) variações contextuais e cultura institucional. A organização dos achados nessas categorias possibilitou compreender como diferentes elementos institucionais interagem na difusão e na implementação das IFRS em contextos distintos.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou a construção de uma visão estruturada da literatura recente sobre IFRS sob a perspectiva da teoria institucional, oferecendo base analítica para a interpretação dos resultados apresentados nas seções subsequentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 RESULTADOS

A análise dos 15 estudos de revisão selecionados permitiu identificar um conjunto de categorias analíticas recorrentes sobre a adoção, a implementação e os efeitos das IFRS quando examinadas pela teoria institucional. Em termos gerais, os achados mostram que a literatura recente trata a convergência contábil internacional como um processo marcado por pressões institucionais, mecanismos de isomorfismo, atuação de agentes institucionais e variações contextuais que condicionam a apropriação dos padrões internacionais.

A primeira categoria evidenciada refere-se às pressões institucionais e aos indutores da adoção das IFRS. Os estudos indicam que a migração para padrões internacionais frequentemente ocorre em busca de legitimidade perante investidores globais, organismos multilaterais e pares do campo contábil, mesmo quando os benefícios econômicos diretos não são plenamente evidentes. Também se observa que a adoção não decorre apenas de demandas técnicas, mas de alinhamento com expectativas regulatórias, redução de assimetria informacional e resposta às pressões do mercado de capitais.

A segunda categoria diz respeito aos mecanismos de isomorfismo e difusão. Os estudos analisados apontam que a disseminação das IFRS é favorecida pela interação entre pressões coercitivas, miméticas e normativas, associadas a reguladores,

organizações internacionais, redes profissionais e países tomados como referência. Nessa perspectiva, a harmonização não se explica por imposição normativa isolada, mas por dinâmicas multilaterais que articulam imitação institucional, reconhecimento de legitimidade e circulação transnacional de modelos contábeis.

A terceira categoria envolve implementação, conformidade e qualidade da informação financeira. Os achados mostram que a adoção formal das IFRS não garante, por si só, melhoria substantiva do relato financeiro, pois os resultados dependem do enforcement, da capacidade regulatória e da infraestrutura institucional de cada país. Em contextos com supervisão mais robusta, observam-se ganhos como maior credibilidade, melhor comparabilidade e redução de algumas práticas de gerenciamento de resultados; em ambientes mais frágeis, persistem adaptações locais e assimetrias entre adoção formal e aplicação efetiva.

A quarta categoria refere-se ao papel dos atores e das arenas institucionais. A literatura evidencia a atuação de reguladores, firmas internacionais de auditoria, investidores estrangeiros, associações profissionais e empreendedores institucionais na promoção e consolidação das IFRS. Esses agentes influenciam tanto a formulação regulatória quanto a interpretação dos padrões, o que mostra que a difusão contábil ocorre em arenas múltiplas, nacionais e transnacionais, nas quais interesses, reputação e autoridade técnica se entrecruzam.

A quinta categoria contempla variações contextuais e cultura institucional. Os estudos indicam que fatores culturais, jurídicos, políticos e estruturais afetam a forma como as IFRS são adotadas e aplicadas em diferentes países. Em alguns contextos, tradições locais exigem adaptações ou soluções híbridas; em outros, a fragilidade institucional favorece a coexistência entre convergência formal e práticas contábeis divergentes.

4.2 DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que a teoria institucional oferece uma explicação consistente para compreender a adoção das IFRS como fenômeno que ultrapassa a dimensão técnica da contabilidade. A literatura revisada mostra que a convergência internacional é impulsionada por pressões coercitivas, miméticas e normativas, mas sua efetividade depende da articulação entre legitimidade, capacidade de enforcement e condições institucionais concretas de cada país. Assim, a adoção das IFRS deve ser

entendida como um processo social e organizacional, e não apenas como simples substituição normativa.

A presença recorrente da busca por legitimidade reforça que países e organizações adotam as IFRS não somente para melhorar a informação financeira, mas também para se posicionar como aderentes a padrões considerados legítimos no campo global da contabilidade. Essa interpretação é coerente com a teoria institucional, pois mostra que a convergência ocorre em resposta a expectativas externas de investidores, reguladores e comunidades profissionais, o que ajuda a explicar por que a adoção pode avançar mesmo quando os ganhos econômicos imediatos não são claros.

Outro ponto central é que a difusão das IFRS não produz efeitos homogêneos. Os estudos indicam que, em ambientes com instituições regulatórias mais sólidas, a adoção tende a gerar melhorias mais visíveis na qualidade do relato financeiro, enquanto contextos institucionalmente frágeis favorecem a permanência de práticas híbridas e, em alguns casos, de gerenciamento de resultados. Isso demonstra que a convergência formal não equivale automaticamente à internalização prática dos padrões, o que confirma a importância de analisar a implementação à luz das condições locais.

A discussão também revela que os mecanismos de isomorfismo operam em conjunto, e não de forma isolada. As pressões coercitivas de reguladores, as pressões miméticas derivadas da observação de jurisdições bem-sucedidas e as pressões normativas associadas à formação profissional e às redes técnicas atuam simultaneamente na expansão das IFRS. Em consequência, a harmonização contábil deve ser vista como resultado de interações institucionais complexas, nas quais a difusão normativa depende da mediação de atores e da adaptação aos contextos nacionais.

Por fim, os achados reforçam que a cultura institucional e as especificidades de cada sistema nacional continuam a moldar a adoção e a aplicação das IFRS. A literatura mostra que sistemas jurídicos, tradições profissionais, estruturas de governança e arranjos regulatórios influenciam a forma como os padrões internacionais são apropriados, contestados ou adaptados. Dessa forma, a teoria institucional se confirma como um referencial adequado para interpretar simultaneamente a convergência global e a heterogeneidade persistente nas práticas contábeis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do objetivo geral de analisar a relação entre a teoria institucional e a adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) por meio de uma revisão sistemática da literatura, conclui-se que a difusão e a implementação desses padrões são fortemente condicionadas por dinâmicas institucionais que ultrapassam os limites estritamente técnicos da contabilidade. A análise dos estudos selecionados evidenciou que a adoção das IFRS ocorre em um contexto marcado por pressões coercitivas, miméticas e normativas, as quais impulsionam países e organizações a convergirem para padrões internacionais em busca de legitimidade, credibilidade informacional e alinhamento com expectativas regulatórias e de mercado.

Os achados indicam que os principais vetores da adoção das IFRS estão associados a pressões institucionais provenientes de organismos internacionais, mercados de capitais e processos de harmonização regulatória. Nesse contexto, os mecanismos de isomorfismo institucional ajudam a explicar a difusão desses padrões em diferentes países e setores, ainda que a convergência frequentemente se manifeste, em um primeiro momento, de forma apenas formal, sem garantir a internalização plena das práticas contábeis associadas às IFRS.

No que se refere à implementação e à qualidade da informação financeira, a literatura mostra que os efeitos positivos das IFRS dependem diretamente do nível de enforcement, da capacidade institucional dos reguladores e do grau de maturidade dos sistemas contábeis nacionais. Em ambientes com estruturas regulatórias mais consolidadas, a adoção desses padrões tende a fortalecer a transparência e a aprimorar a qualidade da informação contábil. Em contrapartida, em economias emergentes ou em contextos institucionalmente frágeis, a convergência regulatória pode coexistir com adaptações locais, desafios operacionais e permanência de práticas de gerenciamento de resultados.

Além disso, os resultados ressaltam o papel relevante de atores institucionais — como reguladores, organismos internacionais, firmas de auditoria, associações profissionais e investidores estrangeiros — na promoção e consolidação de práticas alinhadas às IFRS. Esses agentes atuam como mediadores entre as pressões globais de harmonização e as especificidades institucionais de cada país, influenciando tanto a interpretação quanto a aplicação dos padrões.

Por fim, as variações culturais, políticas e institucionais entre os países surgem como fatores determinantes para compreender os diferentes níveis de adoção e implementação das IFRS no cenário internacional. Essas diferenças reforçam a

compreensão de que a harmonização contábil não ocorre de forma uniforme, mas é continuamente moldada pelas características específicas dos ambientes institucionais em que os padrões são introduzidos.

Dessa forma, conclui-se que a teoria institucional oferece um arcabouço analítico robusto para explicar tanto a convergência formal quanto as heterogeneidades observadas na prática contábil, evidenciando que a adoção das IFRS deve ser compreendida como um processo social e institucional complexo. Nesse sentido, pesquisas futuras podem aprofundar a relação entre adoção formal e internalização prática dos padrões, bem como examinar o papel dos atores institucionais e das lógicas locais na consolidação da harmonização contábil em diferentes contextos.

REFERÊNCIAS

- ABDO, H.; OWUSU, F.; MANGENA, M. **Accounting practices and regulations for extractive industries: A framework for harmonisation.** *Journal of Financial Reporting and Accounting*, v. 22, n. 1, p. 147–180, 2024. DOI: 10.1108/JFRA-07-2023-0425.
- ABU TALIB, N.; LATIFF, R.; AMAN, A. **An institutional perspective for research in waqf accounting and reporting: A case study of Terengganu State Islamic Religious Council in Malaysia.** *Journal of Islamic Accounting and Business Research*, v. 11, n. 2, p. 400–427, 2020. DOI: 10.1108/JIABR-11-2016-0132.
- AGANA, J.; ZAMORE, S.; DOMEHER, D. **IFRS adoption: A systematic review of the underlying theories.** *Journal of Financial Reporting and Accounting*, v. 23, n. 4, p. 1677–1707, 2025. DOI: 10.1108/JFRA-08-2022-0317.
- ALHARASIS, E. et al. **The development of international accounting and auditing standards for fair value accounting in the Arab Middle East, Jordan: A systematic review.** *Cogent Business & Management*, v. 11, n. 1, 2024. DOI: 10.1080/23311975.2024.2391564.
- BANSAL, M. **Earnings management: A three-decade analysis and future prospects.** *Journal of Accounting Literature*, v. 46, n. 4, p. 630–670, 2024. DOI: 10.1108/JAL-10-2022-0107.
- BEN SALEM, R.; AYADI, S. **The impact of acculturation process and the institutional isomorphism on IFRS adoption.** *EuroMed Journal of Business*, v. 18, n. 2, p. 184–206, 2023. DOI: 10.1108/EMJB-04-2021-0058.

- CALANDRA, D.; LANZALONGA, F.; BIANCONE, P. **Exploring IFRS in Islamic finance: A bibliometric and coding analysis of emerging topics and perspectives.** *International Journal of Islamic and Middle Eastern Finance and Management*, v. 17, n. 4, p. 711–729, 2024. DOI: 10.1108/IMEFM-11-2023-0444.
- ELDALY, M.; ELAMER, A.; ABDEL-KADER, M. **The influence of foreign direct investment on the Egyptian audit market: What do Big 4 partners' perceptions tell us?.** *Journal of Financial Reporting and Accounting*, v. 22, n. 4, p. 1039–1061, 2024. DOI: 10.1108/JFRA-04-2022-0117.
- GOKHALE, M.; PILLAI, D. **Institutional framework of earnings management in emerging economies: A systematic literature review using bibliometric analysis.** *Journal of Economic and Administrative Sciences*, 2024. DOI: 10.1108/JEAS-08-2023-0208.
- GUERREIRO, M.; RODRIGUES, L.; CRAIG, R. **Institutional theory and IFRS: An agenda for future research.** *Spanish Journal of Finance and Accounting*, v. 50, n. 1, p. 65–88, 2021. DOI: 10.1080/02102412.2020.1712877.
- HAAPAMÄKI, E. **Insights into neo-institutional theory in accounting and auditing regulation research.** *Managerial Auditing Journal*, v. 37, n. 3, p. 336–357, 2022. DOI: 10.1108/MAJ-10-2020-2864.
- HIMANSHU; BAKER, H. **The impact of contemporary accounting reform on financial reporting quality: Evidence from an emerging economy.** *Journal of Accounting in Emerging Economies*, v. 15, n. 5, p. 965–1001, 2025. DOI: 10.1108/JAEE-07-2024-0298.
- RINCÓN-SOTO, C.; GÓMEZ-VILLEGAS, M. **Institutional isomorphism in IPSAS adoption.** *Cuadernos de Administración*, v. 36, n. 68, p. 204–218, 2020. DOI: 10.25100/cdea.v36i68.9793.
- SALEH, A.; ELIWA, Y.; ABOUD, A. **Does mandating CSR reporting in the EU generate horizontal spillovers?** *International Journal of Accounting*, v. 60, n. 04, 2025. DOI: 10.1142/S1094406024400018.
- SCHIAVI, G.; BEHR, A.; MARCOLIN, C. **Institutional theory in accounting information systems research: Shedding light on digital transformation and institutional change.** *International Journal of Accounting Information Systems*, v. 52, 2024. DOI: 10.1016/j.accinf.2023.100662.